

## FINANCIAMENTO VERDE

**CASO:** Programa Pagamento por Serviços Ambientais (PSA)

**PAÍS:** Brasil

**CIDADE:** São José dos Campos/SP

**POPULAÇÃO:** 713.493



ECONOMIA VERDE

## CONTEXTO

O Programa Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), instituído pela Lei Municipal 8073/12, é um instrumento econômico utilizado em políticas públicas ambientais que cria um mecanismo de valorização de mercado para os benefícios gerados pelos ecossistemas e pela biodiversidade, tais como a proteção do solo, a produção de água, purificação do ar, controle natural de pragas, entre outros.

O PSA é um mecanismo que surge como um reconhecimento econômico da proteção dos ecossistemas e do uso sustentável do solo, por meio dos conceitos de “protetor-recebedor” e “usuário-pagador”. Isso significa que os proprietários que protegem suas áreas naturais e, conseqüentemente, proveem serviços ambientais podem ser premiados pelos esforços de manutenção desses serviços.



Bacia do Rio do Peixe

Fonte: [http://servicos2.sjc.sp.gov.br/noticias/noticia.aspx?noticia\\_id=24891](http://servicos2.sjc.sp.gov.br/noticias/noticia.aspx?noticia_id=24891)

## DESCRIÇÃO

Trata-se de uma iniciativa da Prefeitura de São José dos Campos e parceiros para proteger e recuperar os mananciais de abastecimento hídrico do município, a partir da prestação de apoio técnico e premiação de proprietários rurais que conservarem ou restaurarem áreas de vegetação nativa e que adotarem práticas sustentáveis de uso do solo.

O Programa Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) é fomentado por meio de recursos alocados no Fundo Municipal de Serviços Ecológicos (FMSE), criado pela lei municipal 8905/13.

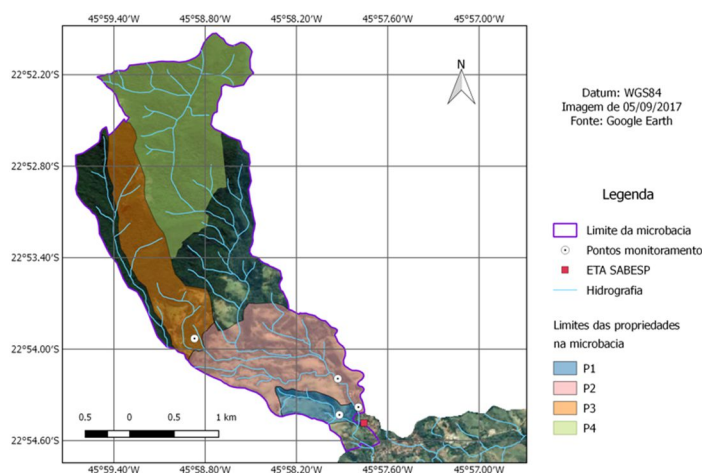
O Fundo está apto a receber receitas de instituições públicas e privadas, do orçamento municipal, de multas aplicadas a infratores ambientais, da cobrança pelo uso da água, da remuneração pelo sequestro de carbono, doações de pagadores por serviços ambientais que tenham a finalidade de remunerar serviços ambientais de que se beneficiem, entre outras.

A primeira fase do Programa contou com recursos do convênio firmado com a Agência e Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul) e deu ênfase à modalidade Conservação de Recursos Hídricos, sendo implantada em áreas prioritárias para a proteção dos mananciais que contribuem para a produção de água na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul.



## OBJETIVOS

Promover a restauração florestal e conservação da microbacia Ribeirão das Couves, inserida na APA de São Francisco Xavier, integrante da Bacia do Rio do Peixe. A Bacia do Peixe é uma importante fornecedora de água para a Represa Jaguari, um dos principais reservatórios de água da Bacia do Rio Paraíba do Sul.



**Limites da bacia Ribeirão das Couves**

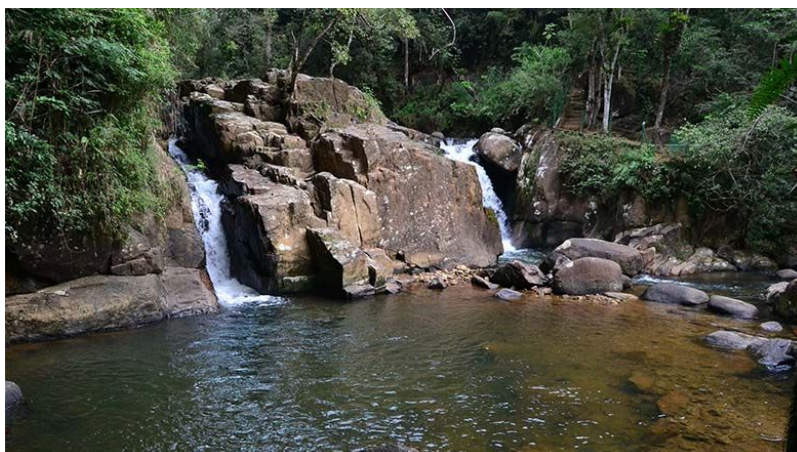
Fonte: <https://www.sjc.sp.gov.br/servicos/urbanismo-e-sustentabilidade/servicos-ambientais/>

## CUSTO/FINANCIAMENTO

O Programa é financiado com recursos do Fundo Municipal de Serviços Ecosistêmicos (FMSE).

## ESTRATÉGIA/RESULTADOS/IMPACTO

A seleção das propriedades rurais aconteceu em 2015, por meio de chamada pública, e os contratos com os proprietários foram assinados em 2016. O programa está promovendo a restauração florestal de 50 hectares de terra e a conservação de 500 hectares de floresta já existentes na microbacia Ribeirão das Couves. O plantio de restauração florestal nas propriedades participantes, com 84 mil mudas, teve início em novembro de 2017.



**Bacia Ribeirão das Couves**

Fonte: [http://servicos2.sjc.sp.gov.br/secretarias/urbanismo\\_sustentabilidade/noticia.aspx?noticia\\_id=21048](http://servicos2.sjc.sp.gov.br/secretarias/urbanismo_sustentabilidade/noticia.aspx?noticia_id=21048)

## DESAFIOS

Os principais desafios podem ser assim apresentados:

- a) proteção aos remanescentes preservados e restauração de vegetação nativa em áreas prioritárias para conservação dos recursos hídricos;
- b) restauração das APP degradadas e das áreas de reserva legal;
- c) execução de boas práticas agropecuárias para a conservação de solo nas áreas produtivas e manutenção das estradas vicinais;
- d) incentivo à utilização de práticas agrícolas menos impactantes, baseadas em mapa de aptidão agrícola elaborado para a bacia;
- e) pagamento aos proprietários rurais participantes pelo serviço ambiental gerado, com valores calculados a partir de estudo de valoração dos serviços ambientais;

## BIBLIOGRAFIA

Site da Prefeitura: <https://www.sjc.sp.gov.br>

## AUTORES

Município de São José dos Campos/SP